



NOVIDADES LEGISLATIVAS



CDEICS realiza audiência pública sobre políticas de estímulo ao primeiro emprego e aprendizagem

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados realizou hoje audiência pública para debater sobre políticas de estímulo ao primeiro emprego e aprendizagem.

Estiveram presentes, entre outros, Fernando de Holanda, Secretário de Políticas Públicas para o Emprego; Patrícia Sanfelice, Procuradora do Trabalho; Noêmia Porto, Presidente da ANAMATRA; Gustavo Leal, Diretor de Operações do SENAI; Marcelo Gallo, Superintendente de Operações do CIEE; Rodrigo Saraiva, Representante do Instituto Ludwig von Mises (IMB/Brasil); Anderson Pereira, Representante da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD); Paulo Tavares, Presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis no DF (Sindicombustíveis/DF).

O dep. Tiago Dimas (SD/TO), autor do requerimento para realização da audiência pública, iniciou a reunião destacando o grande número de desempregados no Brasil, principalmente entre os jovens. Criticou a baixa geração de empregos após a Reforma Trabalhista e afirmou que os jovens precisam de melhor qualificação.

Paulo Tavares, representante do Sindicombustíveis, alertou que seu setor tem bastante dificuldade com a contratação de aprendizes, uma vez que os trabalhadores são expostos a produtos perigosos e não possuem postos administrativos para que alocar os aprendizes.

De maneira similar, Anderson Pereira, representante da ABAD, também se mostrou preocupado em relação à aprendizagem em atividades de risco. Além disso, afirmou que o cálculo da cota de aprendizes deveria ser feito por empresa e não por estabelecimento.

O representante do IMB/Brasil, Rodrigo Saraiva, criticou o alto custo da folha de salários e afirmou que o Brasil deixou de lado o ensino médio profissional. Além disso, criticou a compulsoriedade dos recursos destinados às entidades do 'sistema s'. De acordo com seu entendimento, a compulsoriedade não reflete na empregabilidade.

Marcelo Gallo, representante do CIEE, afirmou que o jovem é o mais vulnerável em relação ao desemprego. Apresentou um perfil dos jovens que concluíram os programas do CIEE, em que a



maioria vem de localidades de baixa renda e utiliza os valores recebidos para auxiliar na renda da família. Apresentou também estudo da Fipe do impacto estimado na economia brasileira da remuneração recebida pelos aprendizes.

Gustavo Leal, do SENAI, destacou o atual descolamento entre oferta e demanda no Brasil no que se refere à aprendizagem, citando, inclusive, que 62% das ocupações são de postos administrativos. Dessa forma, demonstrou preocupação em relação à perda do seu viés educacional, o baixo interesse das empresas e a baixa taxa de conclusão de cursos.

Como propostas, sugeriu, entre outros pontos, o reforço do caráter educacional da aprendizagem, a ampliação do tempo de contrato, a indissociabilidade de teoria e prática, a contratação do aprendiz diretamente pela empresa, o cálculo das cotas apenas em ocupações que demandem formação metódica, entre outras.

Noêmia Porto, da ANAMATRA, afirmou que a aprendizagem é oportunidade de inclusão social e capacitação. Afirmou também que a aprendizagem não deve ser vista como redução de custos e que um possível recuo na legislação pode agravar a situação atual. Também citou a necessidade de eliminação do Trabalho Infantil. De maneira similar, Patrícia Sanfelice, do MPT, afirmou que o foco deve ser na vulnerabilidade e a aprendizagem deve levar em consideração o cenário brasileiro.

O Secretário de Políticas Públicas para o Emprego, Fernando de Holanda, afirmou que o Brasil atualmente possui baixo índice de competitividade e o capital humano é fundamental para alterar o cenário. Afirmou que atualmente a cota não é cumprida e a aprendizagem deve ser adaptada, a fim de torna-la mais atraente para os empregadores, ajustando oferta e demanda.

Destacou que o Ministério da Economia vem debatendo com os interessados a construção de uma proposta que faça sentido aos atores envolvidos com a aprendizagem. Citou, inclusive, que esteve em contato com o dep. Marco Bertaiolli (PSD/SP), que também está elaborando proposta sobre o tema.

O dep. Alexis Fonteyne (NOVO/SP) destacou que o objetivo da audiência não era recuar com a legislação, mas analisar as possibilidades de melhorias. Além disso, elogiou as entidades do 'sistema s' na capacitação de aprendizes. O dep. Tiago Dimas (SD/TO), que conduziu a reunião, afirmou que aguarda proposta do governo, agradeceu os presentes e encerrou a audiência pública.

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação Técnica: Marcos Borges | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 novidades.leg@cni.com.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 | sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen | CEP 70040-903 Brasília, DF | (61) 3317.9001 www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.